



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 17 de junho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
EDITORIAL	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Suframa	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Greve relâmpago.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Ata do Copom	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Comércio em Ação.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Nota & Oportunidades	6
ECONOMIA	
A CRITICA	
RECEITA FEDERAL	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	8
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Vulcaplast	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Roraima	10
ÚLTIMAS	

EDITORIAL

Vieses econômicos e alternativas viáveis à Zona Franca

A recente edição da MP 534 dos Tablets trouxe à baila uma questão que já se tornou recorrente no Amazonas: a criação de alternativas econômicas ao modelo Zona Franca de Manaus. Aos 44 anos, ele se consolidou como única alternativa de suporte à economia estadual, e ao longo desse

período as discussões rolaram, mas nada de novo se implantou.

Não que não tenhamos vieses econômicos potencialmente capazes de se consolidar como um modelo alternativo à altura. Temos sim, muitos, alguns bem aqui à borda da mata como é o caso da seringueira, que já foi o nosso grande produto econômico, sustentando inclusive a balança comercial do país e que hoje outros Estados a transformam em produto de alto valor econômico.

Produzir borracha hoje, no Brasil, é um bom negócio. Os números mostram isso: a produção nacional cresceu mais de oito vezes, nos últimos 18 anos, e chegou a 130 mil

toneladas em 2010, ou 30% da demanda interna, que está concentrada em São Paulo (55%), Mato Grosso (14%) e Bahia (13%). O Amazonas que já foi o maior produtor não produz sequer 1%.

São Paulo começou a pesquisar a seringueira amazônica em 1941, no IAC (Instituto Agrônomo de Campinas). De olho no mercado que até 2030 deve consumir 1 milhão de toneladas, o Rio de Janeiro já tem plantadas dois milhões de mudas.

Talvez para nós não seja alternativa viável. Como o é para a China exportar US\$ 25 bilhões anuais em tabaquis pirateados daqui e reproduzidos em gaiolas em seus rios.

Suframa

Chico Preto considera positiva construção de novos entrepostos

O deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PP/AM) afirmou na manhã da quinta-feira, 16, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado (Aleam), que considera positiva a construção de dois entrepostos da Zona Franca de Manaus (ZFM), sendo um em Goiás e outro em Pernambuco.

Foto: Diretoria de Comunicação/Aleam



De acordo com o parlamentar, os dois novos entrepostos vão aproximar os produtos made in ZFM das prateleiras dos consumidores das regiões Nordeste e Centro-Oeste do país, possibilitando redução dos custos de logística e estocagem, bem como ganho de competitividade às empresas.

“A implantação desses novos entrepostos da Zona Franca de Manaus vai possibilitar, de forma efetiva, a ampliação da fronteira econômica do Estado”, afirmou, destacando que a idéia é viável e operacional. “A partir do funcionamento do entreposto as empresas passam a entregar com maior rapidez os produtos encomendados pelas lojas do comércio”, completa.

Deputado estadual Chico Preto aprovou, esta semana, a criação de mais dois entrepostos da Suframa no país

Greve relâmpago

Trabalhadores da Vulcaplast param por duas horas

POR LUANA GOMES

Principais motivos para o protesto foram o atraso no pagamento do FGTS e a entrega da cesta básica

Mesmo depois da Cosmoplast ter declarado falência, as indústrias do setor termoplástico parece que não aprenderam. Por conta disso, outra empresa teve suas operações paralisadas na manhã de quinta-feira, 16, a Vulcaplast.

Conforme o diretor do Conselho Fiscal do Sindplast (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Plástico), Tibúcio Vieira Fiscal, a companhia não estava cumprindo a convenção coletiva e havia atraso na entrega de cesta básica e pagamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Embora depois de duas horas a empresa tenha atendido as reivindicações dos funcionários, Fiscal detalha que há uma previsão preocupante de o período de va-

lidade do empreendimento terminar em dezembro.

Atualmente, as indústrias de termoplásticos são responsáveis por uma parcela de 5,17% do faturamento de US\$ 12,71 bilhões do PIM (Polo Industrial de Manaus). De janeiro a maio, segundo os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona

preço chinês, o que tem prejudicado o segmento, assim como vários outros setores instalados em Manaus.

Problemas financeiros

Monteiro explica que alguns empresários se submetem a essa condição e acabam sofrendo problemas financeiros, comprometendo o fluxo de caixa. O representante da entidade titular fala que esta prática de política de preços se torna perigosa, porque põe em risco uma série de pagamentos da empresa, neste caso, o dos trabalhadores.

O representante do sindicato dos trabalhadores afirma que, além da Cosmoplast e da Vulcaplast, a Ecopack também está sob a 'mira' da organização.

Fiscal comenta que o Sindplast tem elaborado ações para fazer com que as máquinas deixadas pela Cosmoplast sejam leiloadas, e sirvam para pagar as indenizações dos funcionários da 'falecida' empresa. Segundo ele, a dívida do estabelecimento, tanto trabalhistas quanto para seus fornecedores, chega a um total de R\$ 80 milhões.

Empresa é a segunda do segmento termoplástico a passar pelo problema, depois da Cosmoplast

Franca de Manaus), já houve acréscimo de 13,24% em comparação ao resultado de 2010, com US\$ 657,14 milhões ante US\$ 580,32.

Mesmo assim, segundo o presidente do Simplast (Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus), Carlos Monteiro, houve um ajuste muito injusto no caixa das empresas, já que muitos clientes fazem negócios levando em consideração o

Ata do Copom

Economia tem perspectivas favoráveis

BC avalia que, apesar da desaceleração da demanda doméstica, viés da atividade ainda é de alta

O Banco Central avalia que, embora esteja em curso uma desaceleração, em ritmo ainda incerto, da expansão da demanda doméstica, as perspectivas para a atividade econômica são favoráveis, conforme indicado por informações preliminares sobre o trimestre atual.

A informação faz parte da ata do Copom (Comitê de Política Monetária do BC),

que explica os motivos para o aumento da taxa básica de juros na semana passada de 12% para 12,25% ao ano.

A avaliação, segundo o BC, encontra suporte em sinais que, apesar de indicarem certo arrefecimento, apontam que a expansão da oferta de crédito tende a persistir. Além disso, a confiança de consumidores e de empresários se encontram em níveis

historicamente elevados.

"O Comitê entende, adicionalmente, que o dinamismo da atividade doméstica continuará a ser favorecido pelo vigor do mercado de trabalho, que se reflete em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários", disse o BC na ata.

O BC reduziu a projeção de inflação para 2011, mas as

expectativas para o próximo ano continuam no mesmo nível verificado no final de abril, apesar das medidas adotadas no período para segurar o crescimento da economia.

Projeção estável

A projeção para a inflação de 2011 caiu em relação ao valor considerado na reunião do Copom de abril e se encontra

abaixo do valor central de 4,5%. Para 2012, a projeção se manteve estável, também em todos os cenários e permanece do centro da meta. Em um cenário alternativo, que leva em conta a manutenção da taxa de câmbio em R\$ 1,60 e a previsão de aumento de juros do mercado, a projeção de inflação se encontra acima da meta para 2011 e em torno desse valor para 2012.

Por dentro

Inflação menor, só a partir do 4º trimestre

O BC prevê dois momentos distintos para a trajetória de inflação. Neste trimestre e no seguinte, a inflação acumulada em 12 meses tende a permanecer em patamar superior àquele observado no primeiro trimestre. Entretanto, a partir do quarto trimestre, a tendência é declinante.

Comércio em Ação



VIVIANI FREITAS

Comércio catalisa o crescimento do país

A vida econômica de um país se dá pelo seu sistema de produção, distribuição e consumo de recursos que atendem às necessidades e desejos humanos. Nesta cadeia dinâmica de trocas se encontram produtores, distribuidores e consumidores, onde cada um busca sua satisfação, seja através da aquisição de um bem ou da remuneração do negócio, o lucro. Assim todos podem exercer o papel de cidadãos e contribuintes, sendo responsáveis pelo pagamento de tributos que permitirão ao governo cumprir suas ações na ordem social, econômica e política. Para as economias organizadas é fundamental o fortalecimento da oferta e da demanda, em bases legais, asseguradas por um ambiente favorável de negócios e competição, com vistas a garantir, antes de tudo, o bem-estar da sociedade.

É sabido que todo o processo de crise é também de aprendizagem. Nestes momentos, principalmente, os agentes econômicos potencializam a adoção de estratégias mais eficazes, seja para otimizar os recursos de produção, seja para focar na geração de resultados positivos. Mas, todos sabem que para que tais objetivos e metas sejam alcançadas é necessário reforçar os pilares básicos da economia real: o consumo e o investimento. O Brasil possui um eficiente sistema produtivo, recursos humanos capacitados, abundância de matéria-prima, o mercado interno caracterizado por um consumidor jovem e propenso as novidades de toda ordem, que movimentam o mercado seja no ambiente físico ou virtual. Neste cenário, não podemos deixar de enfatizar o papel desempenhado pelo empresário, principal protagonista para definir os rumos do

país para o desenvolvimento econômico sustentável. Os empresários não podem ser vistos apenas como os responsáveis pelo pagamento de tributos, ou aqueles que ocasionalmente recebem desonerações tributárias.

Além de simples medidas de desoneração tributária, é vital que o governo promova a reavaliação do peso da carga tributária

Mas, essencialmente como aqueles que geram os empregos, renda, induzem o crescimento econômico e a atuam como grandes aglutinadores do conhecimento.

Pelo lado da economia doméstica é preciso que o governo continue estimulando o mercado interno através de medidas que o

fortaleçam, tais como: do corte progressivo do juro, da expansão do crédito, principalmente para as micro-empresas e empresas de pequeno porte e ampliando a desoneração da produção e do consumo.

Não é apenas a necessidade de estimular o consumo que tem garantido um status diferenciado ao comércio. Sua importância e essencialidade no panorama econômico e social podem ser confirmadas por seus números estruturais, divulgados pela PAC (Pesquisa Anual do Comércio), do IBGE.

Assim, para além de simples medidas de desoneração tributária, é vital que o governo promova a reavaliação do peso da carga tributária sobre a produção, distribuição e consumo, não apenas

na esfera federal. Mais do que nunca, é fundamental que o país volte a crescer agora pela força de seu mercado interno. A carga tributária elevada absorve parcela significativa da renda gerada pelas empresas, limita o efeito multiplicador de sua receita, em especial para reinvestimentos, encarece o preço do produto final na ponta do consumidor, retira competitividade e atua como fator alimentador da concorrência desleal.

Para o país, o momento de crise pode vir a ser um fator impulsionador de sua influência internacional. O ideal é que traga aprendizagem no sentido de estruturar uma agenda positiva e estratégica que priorize, antes de tudo, a produção e o consumo e, por consequência, o emprego.

VIVIANE FREITAS é jornalista e pós-graduada em Marketing e sua coluna é publicada todas as sextas-feiras. viviane.freitas@jcam.com.br

Nota & Oportunidades

LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

Uma análise da produção de iPads em audiência pública

Devido à publicação da Medida Provisória 534 que trata da definição de tablet PC para torná-lo efetivo no programa de inclusão digital do governo federal, ou seja validar na normatização de produção brasileira esse aparelho de informática, o Deputado Estadual Arthur Bisneto (PSDB), propôs na Assembléia Legislativa do Amazonas uma audiência pública para tratar do assunto.

Conduzida de forma bastante democrática, característica dos bons partidos políticos que sempre se impuseram pela sua filosofia de liberdade intelectual, os vários palestrantes tiveram a oportunidade de fazer suas intervenções sobre o assunto.

Inicialmente, o jovem Deputado reforçou seus ideais de luta e vangloriou-se em defender empregos e fábricas aqui instaladas. Foi sua a iniciativa parlamentar da discussão do assunto em audiência pública. Auditório lotado com representantes de todas as vertentes pensantes da política, do mundo acadêmico e econômico. Conforme escrevi em artigo passado, várias unidades fabris aqui instaladas tem a capacidade de prontamente iniciarem a manufatura dos ditos aparelhos de informática portáteis sem teclado. Entretanto, a atual administração petista mostra-se distante daqueles que tantos votos lhe concederam nas urnas deste Estado.

Boas foram as palavras do professor da Universidade do Amazonas que demonstrou que a cada dia se tira um pouco mais da Zona Franca de Manaus, e só então a bastante submissa bancada federal corre atrás do prejuízo. Os ganhos nesses casos são intervenções pontuais na nossa economia e as promessas de dias melhores, que nunca chegam.

Pior que as migalhas, é o abandono da infraestrutura do

Amazonas: não há estradas; não há um aeroporto eficiente. Os portos, quando existem, deixamos na paz em que estão. A educação é deficitária e só com bastante esforço de cada estudante este pode se igualar, ou superar, os demais colegas seus dos Estados do sudeste.

O fato é que de golpe em golpe

Pior que as migalhas, é o abandono da infraestrutura do Amazonas: não há estradas, não há um aeroporto eficiente

todas as unidades da federação vão nos tirando poder fabril e econômico. Ainda temos um pólo industrial forte e pujante, mas, precisamos sempre e sempre estar consolidando-o, pois as inovações tecnológicas chegam às cargas de todos os lugares. Além disso, os ávidos consumidores querem o que é mais lógico: produtos novos e criativos.

Necessário é deixar esclarecido que não é a medida provisória que ameaça os investimentos no Amazonas, ela é uma pedrada certa no meio da testa sim. Contudo, há coisas piores já antes dela, como a Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, e todos os seus artigos. Certa senadora a plenos pulmões reclama que na década de noventa a lei de informática veio destruir este setor na ZFM, mas acho que nem sequer ela estava presente à sessão plenária no dia da votação da 11.196.

A Apple em números

Em 2010 a Apple Inc. fechou faturamento no último trimestre do ano com receita total de 20,34 bilhões de dólares, com lucro superior a 4 bilhões. Em relação a 2009 a empresa cresceu quase 37%. A venda fora dos Estados Unidos representa cerca de 57% da receita da Apple. Suas colocações internacionais é muito firme e desafiadora.

Os produtos de maior saída

da marca são as músicas da iTunes Store e os iPods, cuja fatia é algo da ordem de 69% das vendas. O telefone celular iPhone significa 12% das mesmas e os fantásticos computadores 12%.

Ano passado, segundo a empresa, foram vendidos 3,89 milhões de computadores Macs, 27% a mais do que no mesmo período de 2009. O telefone da maçã vendeu 14,1 milhões de unidades, uma ascensão vertiginosa no mercado de mais 91% em apenas um ano. Há números sobre o iPad mas ainda necessitando revisão.

Particularmente, como anunciado pela Foxconn, investimentos de 12 bilhões de dólares daria para fazer uma fábrica não somente de iPads mas de toda a grade de produtos Apple. O que seria ótimo e levaria a marca Apple à estratosfera. Enfim, teríamos a tão sonhada, por décadas, produção de iPads e MacBooks no Brasil.

Até a próxima semana.

LUIZ OLIVEIRA é engenheiro civil e analista tributário da Receita Federal do Brasil desde 2001

RECEITA FEDERAL

Arrecadação bate recorde em maio

A arrecadação das receitas e contribuições federais atingiu o valor recorde para o mês de maio de R\$ 71,534 bilhões, segundo os dados da Receita Federal divulgados nesta quinta-feira (16). O resultado representa uma queda real (deflacionado

pelo IPCA) de 16,39% ante abril, mas é 7,18% maior do que registrado em maio do ano passado.

A queda de 16,39% na arrecadação de maio ocorreu por fatores sazonais, segundo a Receita Federal. Isso porque, em abril, há o pagamento da pri-

meira cota ou cota única do Imposto de Renda da Pessoa Física, ano-base 2010.

Além disso, também houve em abril o pagamento da primeira cota ou cota única do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição So-

cial sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente à apuração trimestral do lucro, encerrada em março. Ainda encerrou em abril o prazo para pagamento do saldo de IRPJ e CSLL referente ao ajuste relativo ao ano de 2010.

As receitas previdenciárias

Perdendo fôlego

O crescimento da arrecadação no acumulado do ano tem perdido fôlego. O recolhimento de tributos começou 2011 com alta de 15,34% em janeiro ante janeiro de 2010. Ficou em 11,96% nos três primeiros meses e, no acumulado até maio, caiu para 10,69%.

totalizaram R\$ 20,928 bilhões em maio, segundo os dados da Receita Federal. Esse valor representa um aumento real de 7,93% em relação a maio de 2010 e uma queda de 2,92% ante abril deste ano.

No acumulado de janeiro a maio, as receitas previdenciárias somaram R\$ 101,879 bilhões, alta real de 9,35% em relação ao mesmo período do ano passado.

Contexto

Entrepósitos

O deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PP) considera positiva a construção de dois entrepostos da Zona Franca de Manaus (ZFM), sendo um em Goiás e outro em Pernambuco. Os dois novos entrepostos vão aproximar os produtos made in ZFM das prateleiras dos consumidores das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Vulcaplast

Entidades divergem sobre manifestação

Enquanto o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Manaus afirma que 300 colaboradores da empresa Vulcaplast paralisaram durante todo o primeiro turno, na manhã de ontem, a companhia corrigiu a informação e disse que o número não passou de 40. De acordo com o sindicato, o pagamento dos funcionários – que deve ser depositado nos dias 15 e 30 de cada mês – tem atrasado frequentemente, o que motivou a entidade a mobilizar os trabalhadores do primeiro turno, com o intuito de cau-

sar prejuízo à empresa. “Se isso não for resolvido, vamos paralisar novamente no próximo dia 5 de julho”, disse o representante da categoria, Francisco Brito. No entanto, o advogado da Vulcaplast, Wilson Pinheiro, declarou que a empresa tem sofrido perseguição política da parte do sindicato, juntamente com outras indústrias concorrentes. “O pagamento desses trabalhadores foi depositado dia 15, mas visto em saldo somente ontem por causa de um problema administrativo do banco”, acrescentou.

Roraima

BR-174 é liberada, mas os R\$ 15 milhões, não

A BR-174, que liga Roraima ao Amazonas, foi liberada para o tráfego ontem com restrições. O rio Branco, o principal da região, transbordou e chegou a atingir 1,80 metro sobre a rodovia. Ontem, a lâmina d'água era de 10 centímetros em dois quilômetros da BR-174. Como as chuvas deram uma trégua nos últimos dias, o nível do rio começou a descer. O trecho alagado fica próximo à cidade de Caracaraí (155 km de Boa Vista). Pelo menos em quatro pontos as águas arrancaram parte da camada asfáltica. O tráfego de veículos inspira cuidados e é controlado pela PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Cem caminhões carregados de insumos, que estavam parados havia dias em Caracaraí, aguardando a liberação da estrada, conseguiram passar. Os veículos foram escoltados por carros da PRF até o trecho da rodovia, que não foi afetado pelas águas.

Outros 50 caminhões que estão parados em uma cidade próxima aguardam autorização para passar. A rodovia foi liberada até as 18h. Depois, foi fechada e só será reaberta às 6h de hoje. A medida é

para evitar acidentes, segundo o governador em exercício Francisco Rodrigues (DEM). Outras rodovias continuam interditadas, como a BR-401, que liga o Brasil à Guiana, a nordeste do Estado.

Rodrigues disse que serão investidos R\$ 4 milhões, em caráter emergencial, para recuperação das estradas, durante dois meses. Depois, serão alocados mais recursos para reconstrução dos trechos que foram mais danificados. Os R\$ 15 milhões prometidos pelo Ministério da Integração Nacional para recuperar o Estado ainda não foram liberados. As chuvas afetaram 79% da população de Roraima, segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Paga e não recebe

Comerciantes reclamam que tiveram que pagar impostos e faturas mesmo sem ter recebido os produtos. O Estado enfrentou desabastecimento de alguns insumos, mas a previsão é que a situação seja normalizada. O presidente da Associação Comercial, Jadir Corrêa, disse que negociará juros gerados em boletos junto aos fornecedores.